

EDUCAÇÃO DO CAMPO E POVOS NEGROS: UM MAPEAMENTO DAS ABORDAGENS CRÍTICAS NA LITERATURA CIENTÍFICA BRASILEIRA (2010–2025)

RURAL EDUCATION AND BLACK PEOPLE: A MAPPING OF CRITICAL APPROACHES IN BRAZILIAN SCIENTIFIC LITERATURE (2010–2025)

EDUCACIÓN RURAL Y PUEBLOS NEGROS: UN MAPEO DE ENFOQUES CRÍTICOS EN LA LITERATURA CIENTÍFICA BRASILEÑA (2010–2025)

Fernando Teixeira Coelho Graunke¹, Cícero Cardozo de Almeida Filho², Ediane Beilke de Reis³,
Jéssica Araújo de Souza⁴, Maria Raquel Souza dos Santos⁵, Fabíola Vanessa Hatochyn de
Andrade Figueira⁶

DOI: 10.54899/dcs.v22i81.3189

Recibido: 13/08/2025 | Aceptado: 14/08/2025 | Publicación en línea: 29/08/2025.

RESUMO

A educação do campo no Brasil constitui um campo de disputa histórica por reconhecimento de identidades, valorização de saberes tradicionais e efetivação de direitos sociais. Dentro desse cenário, a presença da população negra em territórios rurais carrega marcas de exclusão histórica e de resistência coletiva, evidenciando a necessidade de analisar como os estudos acadêmicos têm tratado essa realidade. O presente estudo tem como objetivo geral mapear as abordagens críticas presentes na literatura científica brasileira entre 2010 e 2025 sobre a vivência da população negra nas escolas do campo. Como objetivos específicos, busca-se identificar os principais referenciais teóricos utilizados, descrever os enfoques metodológicos predominantes e analisar as contribuições políticas propostas nos estudos. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: quais abordagens teóricas, metodológicas e políticas têm emergido na literatura sobre a vivência da população negra nas escolas do campo? A metodologia adotada foi uma revisão sistemática de literatura, com seleção de artigos em bases científicas nacionais, utilizando critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Os resultados revelam que os estudos analisados têm priorizado enfoques interseccionais entre raça, território e classe, além de enfatizar a urgência de políticas educacionais que reconheçam a diversidade racial e promovam a justiça social no campo. Conclui-se que, embora haja avanços conceituais e normativos, persiste a necessidade de

¹ Mestre em Matemática pelo Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: fertexnet@hotmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Boa Vista, Roraima, Brasil.
E-mail: ciceroalmeida755@gmail.com

³ Graduada em Educação, Faculdade Castelo Branco, Realengo, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: ediane.reis@edu.es.gov.br

⁴ Pós-Graduada em Direito Penal e Processo Penal, União Brasileira de Faculdades, Paraíso do Norte, Paraná, Brasil.
E-mail: jessicacriarlattes@gmail.com

⁵ Mestranda em Educação Inclusiva, Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva do Instituto Federal do Amazonas (PROFEI – IFAM), Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: raqueljuka@gmail.com

⁶ Doutoranda em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), Maracanã, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: fabiolahatochyn@gmail.com

ampliar a produção acadêmica comprometida com práticas antirracistas nas escolas do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. População Negra. Racialidade. Revisão Sistemática.

ABSTRACT

Rural education in Brazil constitutes a historical arena of struggle for the recognition of identities, the appreciation of traditional knowledge, and the realization of social rights. Within this context, the presence of the Black population in rural territories bears the marks of historical exclusion and collective resistance, highlighting the need to analyze how academic studies have addressed this reality. This study aims to map the critical approaches present in Brazilian scientific literature between 2010 and 2025 regarding the experience of the Black population in rural schools. Specifically, it seeks to identify the main theoretical frameworks employed, describe the predominant methodological approaches, and analyze the political contributions proposed in the studies. The research question guiding this work is: what theoretical, methodological, and political approaches have emerged in the literature on the experience of the Black population in rural schools? The adopted methodology was a systematic literature review, selecting articles from national scientific databases based on previously defined inclusion and exclusion criteria. The results indicate that the analyzed studies have prioritized intersectional approaches involving race, territory, and class, while emphasizing the urgency of educational policies that acknowledge racial diversity and promote social justice in rural areas. It is concluded that, although conceptual and normative advances exist, there remains a need to expand academic production committed to anti-racist practices in rural schools.

Keywords: Rural Education. Black Population. Raciality. Systematic Review.

RESUMEN

La educación rural en Brasil es un campo de disputa histórica por el reconocimiento de la identidad, la valorización de los conocimientos tradicionales y la realización de los derechos sociales. En este contexto, la presencia de la población negra en las zonas rurales conlleva marcas de exclusión histórica y resistencia colectiva, lo que pone de relieve la necesidad de analizar cómo los estudios académicos han abordado esta realidad. El objetivo general de este estudio es mapear los enfoques críticos presentes en la literatura científica brasileña entre 2010 y 2025 sobre la experiencia de la población negra en las escuelas rurales. Los objetivos específicos incluyen identificar los principales marcos teóricos utilizados, describir los enfoques metodológicos predominantes y analizar las contribuciones políticas propuestas en los estudios. La pregunta de investigación es: ¿qué enfoques teóricos, metodológicos y políticos han surgido en la literatura sobre la experiencia de la población negra en las escuelas rurales? La metodología adoptada fue una revisión sistemática de la literatura, seleccionando artículos de bases de datos científicas nacionales utilizando criterios de inclusión y exclusión previamente definidos. Los resultados revelan que los estudios analizados han priorizado enfoques interseccionales entre raza, territorio y clase, además de enfatizar la urgencia de políticas educativas que reconozcan la diversidad racial y promuevan la justicia social en las zonas rurales. La conclusión es que, si bien se han logrado avances conceptuales y normativos, aún es necesario ampliar la producción académica comprometida con las prácticas antirracistas en las escuelas rurales.

Palabras clave: Educación Rural. Población Negra. Racialidad. Revisión Sistemática.



INTRODUÇÃO

A educação do campo no Brasil constitui-se como um espaço de disputa histórica, atravessado por processos de afirmação de identidades, preservação de saberes tradicionais e reivindicação de direitos sociais. Dentro desse cenário, a presença da população negra em territórios rurais carrega marcas profundas de exclusão histórica, ao mesmo tempo em que expressa formas de resistência coletiva que moldam práticas educativas, relações comunitárias e processos formativos. Ao longo das últimas décadas, a produção acadêmica brasileira tem dedicado atenção crescente a essa temática, especialmente após a implementação de políticas públicas voltadas à valorização da diversidade cultural e racial no sistema educacional. No entanto, permanece a necessidade de compreender de forma sistemática como essa produção tem tratado a vivência da população negra nas escolas do campo e quais enfoques teóricos, metodológicos e políticos têm orientado tais investigações.

Partindo dessa delimitação, estabelece-se como problema de pesquisa a seguinte questão: quais abordagens teóricas, metodológicas e políticas têm emergido na literatura científica brasileira entre 2010 e 2025 sobre a vivência da população negra nas escolas do campo? A partir dessa pergunta, define-se como objetivo geral mapear as abordagens críticas presentes na literatura científica nacional que tratam dessa temática no período indicado. Os objetivos específicos são: (i) identificar os principais referenciais teóricos utilizados nos estudos; (ii) descrever os enfoques metodológicos predominantes; e (iii) analisar as contribuições políticas apresentadas nas produções.

A pesquisa adota como metodologia a revisão sistemática da literatura, com busca e seleção de artigos em bases científicas nacionais, aplicando critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. O processo contempla a leitura integral dos textos selecionados, a extração padronizada de dados e a análise qualitativa dos conteúdos, de modo a identificar padrões, convergências e lacunas na produção acadêmica sobre o tema.

A justificativa para a realização deste estudo assenta-se na relevância social, política e acadêmica da temática. No plano social, compreender a vivência da população negra nas escolas do campo significa contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas que reconheçam e

valorizem identidades historicamente marginalizadas. No plano político, trata-se de subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas que promovam a equidade racial no contexto rural, alinhadas a princípios de justiça social. No plano acadêmico, a sistematização e análise crítica da produção existente oferecem subsídios para o avanço do campo de estudos, apontando caminhos para novas investigações e para a consolidação de abordagens teóricas e metodológicas comprometidas com a transformação das condições educacionais nas comunidades quilombolas e demais territórios rurais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação do Campo no Brasil

O desenvolvimento da Educação do Campo no Brasil resulta da atuação articulada de movimentos sociais, sindicatos, comunidades tradicionais e universidades, que construíram um projeto político-pedagógico voltado à superação das desigualdades entre áreas urbanas e rurais. Como aponta Santos (2017), essa pauta nasce da vinculação da escola à reforma agrária, aos saberes locais e à organização comunitária, consolidando-se no enfrentamento a políticas uniformizadoras. Sua inclusão nas políticas públicas decorreu de pressões sobre o Estado, permeadas por disputas ideológicas e distintas visões sobre a função social da escola (Costa & Medeiros, 2024). Nesse contexto, destacam-se as Licenciaturas em Educação do Campo, estruturadas a partir do trabalho e da vida rural (Paula, 2022; Amaral & Mateus, 2022), como resposta às demandas sociais e políticas.

O Observatório da Institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo, segundo Paula (2022), acompanha e analisa criticamente essa formação, identificando desafios e propondo ajustes para sua continuidade, especialmente diante de instabilidades políticas e orçamentárias. Experiências pedagógicas como o Programa Escola Ativa, analisado por Azevedo, Queiroz e Souza (2022), adaptaram princípios da Escola Nova às classes multisseriadas, embora enfrentassem limitações estruturais, como ressaltam Conte e Souza (2022). Transformações recentes, como o uso de tecnologias digitais (Barros, 2024), ampliaram possibilidades pedagógicas, mas a desigualdade de conectividade e infraestrutura limitou seu impacto, agravado na pandemia (Lopes *et al.*, 2021).

O enfrentamento ao desmonte das políticas públicas mobilizou movimentos sociais,

sindicatos, universidades e coletivos (Bicalho, Macedo & Rodrigues, 2021), com inspiração freireana na dialogicidade e na articulação entre ensino e transformação social (Paula & Barbosa, 2021). Estudos sobre as Licenciaturas (Molina *et al.*, 2022) indicam que egressos fortalecem o vínculo escola-comunidade ao integrar metodologias e conteúdos locais, mas sua permanência depende da valorização profissional e de políticas estáveis. Assim, como indicam Santos (2017), Costa e Medeiros (2024), Conte e Souza (2022), Barros (2024) e Bicalho, Macedo e Rodrigues (2021), a consolidação da modalidade exige compromisso entre Estado, instituições formadoras e comunidades, garantindo à escola do campo o papel de espaço de aprendizagem, preservação cultural e desenvolvimento rural.

Abordagens Críticas Interseccionais em Educação

O desenvolvimento da Educação do Campo no Brasil resulta da atuação articulada de movimentos sociais, sindicatos, comunidades tradicionais e universidades, que construíram um projeto político-pedagógico voltado à superação das desigualdades entre áreas urbanas e rurais. Como aponta Santos (2017), essa pauta nasce da vinculação da escola à reforma agrária, aos saberes locais e à organização comunitária, consolidando-se no enfrentamento a políticas uniformizadoras. Sua inclusão nas políticas públicas decorreu de pressões sobre o Estado, permeadas por disputas ideológicas e distintas visões sobre a função social da escola (Costa & Medeiros, 2024). Nesse contexto, destacam-se as Licenciaturas em Educação do Campo, estruturadas a partir do trabalho e da vida rural (Paula, 2022; Amaral & Mateus, 2022), como resposta às demandas sociais e políticas.

O Observatório da Institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo, segundo Paula (2022), acompanha e analisa criticamente essa formação, identificando desafios e propondo ajustes para sua continuidade, especialmente diante de instabilidades políticas e orçamentárias. Experiências pedagógicas como o Programa Escola Ativa, analisado por Azevedo, Queiroz e Souza (2022), adaptaram princípios da Escola Nova às classes multisseriadas, embora enfrentassem limitações estruturais, como ressaltam Conte e Souza (2022). Transformações recentes, como o uso de tecnologias digitais (Barros, 2024), ampliaram possibilidades pedagógicas, mas a desigualdade de conectividade e infraestrutura limitou seu impacto, agravado na pandemia (Lopes *et al.*, 2021).

O enfrentamento ao desmonte das políticas públicas mobilizou movimentos sociais,

sindicatos, universidades e coletivos (Bicalho, Macedo & Rodrigues, 2021), com inspiração freireana na dialogicidade e na articulação entre ensino e transformação social (Paula & Barbosa, 2021). Estudos sobre as Licenciaturas (Molina *et al.*, 2022) indicam que egressos fortalecem o vínculo escola-comunidade ao integrar metodologias e conteúdos locais, mas sua permanência depende da valorização profissional e de políticas estáveis. Assim, como indicam Santos (2017), Costa e Medeiros (2024), Conte e Souza (2022), Barros (2024) e Bicalho, Macedo e Rodrigues (2021), a consolidação da modalidade exige compromisso entre Estado, instituições formadoras e comunidades, garantindo à escola do campo o papel de espaço de aprendizagem, preservação cultural e desenvolvimento rural.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo seguiu os princípios de uma revisão sistemática de literatura, estruturada para identificar e mapear as abordagens críticas presentes na produção científica brasileira, entre 2010 e 2025, sobre a vivência da população negra nas escolas do campo. A revisão sistemática de literatura configura-se como procedimento metodológico estruturado para a identificação, seleção, avaliação e síntese de estudos previamente publicados sobre um objeto de investigação, fundamentando-se em critérios explícitos e previamente definidos que asseguram a transparência e a reprodutibilidade do processo. Diferencia-se de outras modalidades de revisão pela organização sequencial e controlada de etapas, que compreendem desde a formulação da questão de pesquisa até a apresentação e interpretação dos resultados, com vistas à minimização de vieses e à construção de um panorama consistente da produção acadêmica existente (De Campos *et al.*, 2023).

No campo educacional, a revisão sistemática tem sido empregada como instrumento para o mapeamento e a sistematização de evidências empíricas e teóricas, permitindo a análise de tendências, recorrências, lacunas e implicações metodológicas e conceituais nas pesquisas (Manara *et al.*, 2021). Sua condução requer a definição de objetivos claros, a delimitação de critérios de inclusão e exclusão, a elaboração de estratégias de busca organizadas, a aplicação de procedimentos de triagem e avaliação de qualidade e a síntese de dados em consonância com a questão norteadora.

Foram incluídos apenas artigos científicos originais, publicados em periódicos revisados por pares, redigidos em língua portuguesa, com foco na realidade brasileira e que abordassem,

de forma articulada, a temática da educação do campo (ou modalidades correlatas) e da população negra, necessariamente com perspectiva crítica fundamentada em referencial teórico ou empírico consistente. O estudo precisava estar dentro do recorte temporal de 2010 a 2025 e disponível na íntegra para acesso e análise. Foram excluídos todos os trabalhos que não fossem artigos originais (como dissertações, teses, capítulos de livros, relatos de experiência, revisões de literatura, resenhas ou editoriais), bem como aqueles que não tratassem simultaneamente das duas dimensões centrais do estudo, que apresentassem abordagem meramente descritiva sem aprofundamento crítico, que não se enquadrassem no período estabelecido ou que não estivessem disponíveis integralmente.

A busca foi realizada exclusivamente na plataforma do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), adotando uma estratégia estruturada em três blocos de descritores combinados por operadores booleanos, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 – Estratégia de busca estruturada em blocos temáticos

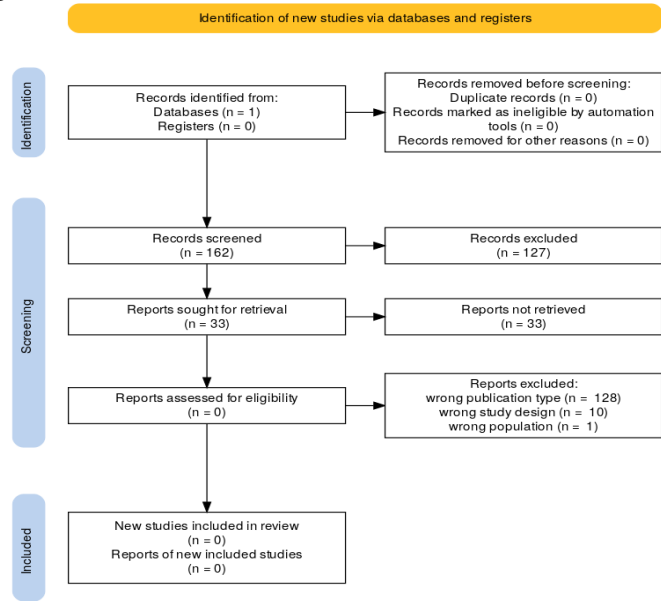
Bloco 1 – Educação do Campo	Bloco 2 – População Negra	Bloco 3 – Abordagem Crítica
“educação do campo”	“povos negros”	“crítica”
“educação rural”	“população negra”	“análise crítica”
“pedagogia do campo”	quilombola	“educação popular”
“licenciatura em educação do campo”	“relações étnico-raciais”	“pedagogia crítica”
“educação quilombola”	“Lei 10.639”	
	“educação antirracista”	
	“história e cultura afro-brasileira”	

Fonte: Elaboração própria (2025).

A estratégia final aplicada na base foi: **(Bloco 1)** AND **(Bloco 2)** AND **(Bloco 3)**.

O processo de seleção dos estudos foi realizado por meio da plataforma Rayyan, adotando o recurso de busca cega, de modo que os revisores não tivessem acesso prévio às decisões uns dos outros. Participaram três revisores no processo: os dois primeiros foram responsáveis pela triagem inicial e pela aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, enquanto o terceiro revisor atuou exclusivamente na resolução de conflitos, decidindo sobre os casos de discordância. O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão seguiu as diretrizes do modelo PRISMA, conforme ilustrado no fluxograma abaixo:

Figura 1 – Fluxograma do processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos



Fonte: Elaborado pelos autores (2025), com base nas diretrizes do PRISMA.

Inicialmente, foram recuperados 162 registros. Após a leitura de títulos e resumos, 127 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, restando 35 artigos para a etapa de leitura integral. Desses, 22 foram excluídos por ausência de abordagem crítica consistente ou por não atenderem integralmente ao escopo temático. Ao final, 13 artigos científicos originais compuseram a síntese qualitativa da revisão, representando o corpus final analisado.

ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Recorte Temporal

A distribuição temporal das produções examinadas evidencia um arco que se estende de 2014 a 2024, no qual se alternam períodos de menor e maior incidência de trabalhos.

Figura 2 - Tendências de Publicação



Fonte: elaboração própria (2025).

A primeira ocorrência, registrada em Santos (2014), situa-se em um momento em que a pesquisa sobre educação quilombola buscava consolidar-se no cenário acadêmico brasileiro. Nesse período, o debate sobre a Lei 10.639/03 estava em fase de sedimentação, com análises centradas em práticas escolares vinculadas à valorização cultural e identitária das comunidades. O intervalo até Rosa e Ferreira (2017) apresenta um hiato de três anos sem novos registros na amostra, possivelmente relacionado à dispersão temática, à dificuldade de indexação e ao ritmo de consolidação dos grupos de pesquisa. O trabalho de 2017 insere-se em um contexto de fortalecimento das discussões sobre formação docente, práticas artesanais e currículo culturalmente referenciado, alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012).

Santos e Zanardi (2020) marcam uma nova fase, aproximando experiências pedagógicas e normativas institucionais, em um cenário no qual a educação quilombola já estava formalmente incorporada aos marcos regulatórios, permitindo análises mais sistemáticas da aplicação das diretrizes no cotidiano escolar. Pacheco *et al.* (2022) aprofundam essa tendência ao articular debates sobre autonomia curricular, interseccionalidade e territorialidade, refletindo um momento de maior visibilidade das disputas por projetos educativos e agendas de reconhecimento cultural.

Serafim e Fantinato (2024) situam-se no contexto pós-pandemia de COVID-19, incorporando questões emergentes sobre ensino remoto, reorganização das atividades presenciais e impactos desiguais das medidas sanitárias nos territórios quilombolas. O triênio 2020–2024 concentra três das cinco publicações analisadas, evidenciando adensamento da produção científica em resposta a conjunturas políticas, normativas e sociais específicas. Já os hiatos

iniciais mostram que a consolidação do tema na agenda de pesquisa foi gradual, demandando tempo para firmar-se como campo reconhecido e ancorado em referenciais críticos.

Análise por Local, País, Estado e Município Investigado

A distribuição geográfica das investigações reunidas revela predominância de estudos conduzidos no território brasileiro, com recortes que articulam diferentes escalas nacional, estadual, municipal e comunitária, evidenciando que a produção acadêmica sobre educação quilombola tem privilegiado contextos concretos e territorialmente situados. Essa característica indica que a análise não se restringe a abordagens conceituais abstratas, mas emerge da observação direta de práticas, relações e disputas inscritas em espaços específicos.

No conjunto examinado, parte das pesquisas apresenta recorte nacional, como em Santos (2014), que examina experiências em comunidades quilombolas urbanas e rurais distribuídas em diferentes regiões do país. Essa abrangência permite identificar padrões e contrastes que transcendem a realidade de um único território, ao mesmo tempo em que evidencia a diversidade interna das comunidades quilombolas brasileiras. Por outro lado, há trabalhos que optam por recortes mais delimitados, como Rosa e Ferreira (2017), cujo foco incide sobre comunidades quilombolas do município de Viamão, no Rio Grande do Sul, possibilitando análise aprofundada das interações entre políticas educacionais, práticas culturais e dinâmicas locais.

Alguns estudos operam em escalas intermediárias, articulando dimensões estaduais e municipais. É o caso de Pacheco *et al.* (2022), que investigam uma comunidade situada em Abaetetuba, no estado do Pará, ancorando sua análise nas especificidades regionais da Amazônia e nas interações entre o contexto sociocultural local e a implementação das políticas educacionais quilombolas. Já Santos e Zanardi (2020) direcionam a investigação para a comunidade quilombola de São Félix, em Cantagalo, Minas Gerais, cuja realidade escolar é analisada à luz de práticas pedagógicas culturalmente referenciadas e da relação com as diretrizes curriculares nacionais.

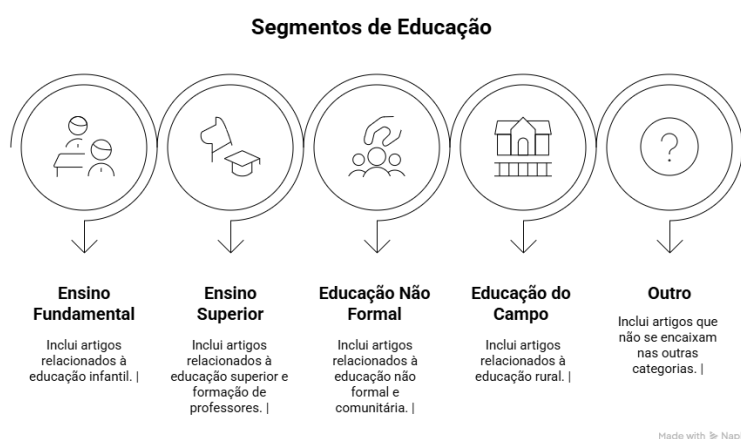
A análise desse conjunto permite observar que a maior parte das investigações concentra-se em municípios com comunidades quilombolas reconhecidas e com histórico de mobilização social. Essa concentração territorial indica que a produção científica tende a acompanhar áreas onde a organização comunitária é mais visível e onde as políticas públicas específicas já possuem algum grau de institucionalização. Ao mesmo tempo, a presença de estudos com recorte nacional

demonstra que há interesse em compreender o fenômeno em sua diversidade e complexidade, evitando generalizações que invisibilizem as particularidades regionais.

Nível de Ensino, Contexto Específico e Abordagem Metodológica

A configuração dos níveis de ensino abordados nas produções analisadas revela um espectro que se estende da educação infantil à formação inicial de professores, passando por diferentes etapas da educação básica. Essa distribuição não é aleatória: ela reflete a necessidade de compreender a educação quilombola como um processo que atravessa toda a trajetória escolar, em diferentes modalidades e etapas, sendo influenciado tanto por políticas públicas quanto por práticas comunitárias específicas. Os níveis de estudos analisados são os seguintes:

Figura 2- Segmentos de Educação.



Fonte: elaboração própria (2025).

No corpus examinado, Santos (2014) investiga contextos que abrangem séries iniciais do ensino fundamental em comunidades quilombolas urbanas e rurais, examinando como a organização curricular dialoga com referenciais culturais próprios da comunidade. Santos e Zanardi (2020), por sua vez, concentram a análise nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola quilombola, com atenção ao modo como saberes comunitários são incorporados ao currículo escolar formal. Pacheco *et al.* (2022) ampliam esse recorte, abordando a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio em um mesmo espaço escolar, o que possibilita investigar a coerência — ou ausência dela — entre práticas adotadas nas diferentes etapas. Já Rosa e Ferreira (2017) deslocam a atenção para a formação de professores, discutindo como

processos formativos iniciais podem contribuir para a valorização de saberes quilombolas e para o fortalecimento das práticas pedagógicas culturalmente referenciadas.

Ao se considerar o contexto específico, é possível observar que todas as investigações estão fortemente ancoradas em territórios quilombolas reconhecidos, mas variam quanto à amplitude geográfica e ao grau de detalhamento das interações sociais observadas. Serafim e Fantinato (2024) focalizam o Quilombo São Jorge, em São Mateus (ES), explorando como as dinâmicas comunitárias foram afetadas pelo ensino remoto e pela reorganização escolar no período pós-pandemia. Nesse estudo, o contexto específico é compreendido não apenas como um espaço físico delimitado, mas como um conjunto de relações políticas, econômicas e culturais que influenciam diretamente o funcionamento escolar. Em Santos e Zanardi (2020), a comunidade de São Félix, em Cantagalo (MG), é analisada em termos de sua capacidade de produzir, transmitir e sustentar práticas pedagógicas alinhadas a valores coletivos e tradições locais. Pacheco *et al.* (2022) trabalham com a comunidade de Baião, em Abaetetuba (PA), situada no contexto amazônico, onde as especificidades ambientais e socioeconômicas impõem desafios particulares à implementação das políticas educacionais. Rosa e Ferreira (2017), ao analisarem comunidades de Viamão (RS), conectam o espaço escolar com atividades comunitárias e práticas culturais, demonstrando que o processo educativo não pode ser dissociado da vida social mais ampla. Já Santos (2014) adota um olhar abrangente, comparando contextos quilombolas urbanos e rurais, o que permite discutir continuidades e diferenças nas formas de organização escolar e nas relações entre escola e comunidade.

No plano metodológico, todos os estudos compartilham a opção pela abordagem qualitativa, evidenciando a busca por compreender fenômenos educativos a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, bem como pela imersão nos contextos investigados. No entanto, a operacionalização dessa escolha varia significativamente. Santos (2014) estrutura sua investigação com base em análise documental combinada a entrevistas e observações de práticas pedagógicas, privilegiando uma compreensão situada dos materiais didáticos e das interações em sala de aula. Rosa e Ferreira (2017) optam por um desenho metodológico que articula entrevistas semiestruturadas, oficinas e análise de registros comunitários, permitindo mapear conexões entre a formação docente e o uso de elementos culturais como recursos pedagógicos. Santos e Zanardi (2020) realizam um estudo de caso em profundidade, envolvendo observação participante, entrevistas e análise de documentos escolares, estratégia que possibilita examinar a integração entre currículo formal e saberes locais. Pacheco *et al.* (2022) desenvolvem pesquisa etnográfica,

com permanência prolongada no campo, observação de atividades escolares e comunitárias e realização de rodas de conversa, recurso metodológico que favorece o diálogo com diferentes atores sociais. Por fim, Serafim e Fantinato (2024) adotam abordagem mista dentro da perspectiva qualitativa, combinando entrevistas, grupos focais e análise de registros escolares produzidos durante a pandemia, a fim de compreender as adaptações nas práticas pedagógicas diante de restrições sanitárias.

A intersecção entre nível de ensino, contexto e metodologia permite identificar padrões que atravessam os estudos. A presença expressiva de investigações na educação básica, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, indica que esse segmento é percebido como estratégico para a consolidação de práticas pedagógicas culturalmente referenciadas. Essa ênfase se justifica pela centralidade que os primeiros anos de escolarização ocupam na formação de vínculos entre escola e comunidade, sendo o momento em que se estabelece a base para o reconhecimento e valorização dos saberes locais. O contexto específico, por sua vez, atua como elemento estruturante das investigações: não se trata apenas de descrever onde as pesquisas ocorrem, mas de compreender como cada território configura oportunidades e desafios particulares para a ação educativa. A abordagem metodológica, ancorada na interação direta com sujeitos e ambientes, confirma a necessidade de análises situadas, capazes de capturar dimensões que dificilmente seriam apreendidas por métodos quantitativos ou por levantamentos de grande escala.

Dimensão Política das Produções

A dimensão política identificada nos trabalhos examinados revela que a pesquisa sobre educação quilombola não se desenvolve de maneira isolada das disputas mais amplas que atravessam o campo educacional brasileiro. Ao contrário, encontra-se profundamente articulada a processos históricos de luta por direitos, à implementação de políticas públicas específicas e à contestação de modelos curriculares hegemônicos. No corpus analisado, a dimensão política não se limita a ser um elemento contextual, mas se apresenta como eixo estruturante das investigações, influenciando a escolha dos objetos de estudo, o recorte metodológico e a forma como os resultados são interpretados.

Em Santos (2014), a dimensão política manifesta-se na crítica à ausência de materiais didáticos que reflitam a realidade das comunidades quilombolas e na defesa de uma produção

pedagógica que incorpore saberes e práticas locais. Ao enfatizar a necessidade de um currículo culturalmente referenciado, o estudo insere-se no debate nacional sobre a efetividade da Lei 10.639/03 e sobre a capacidade do Estado de garantir políticas educacionais que dialoguem com a diversidade cultural brasileira. Em Rosa e Ferreira (2017), o enfoque recai sobre a formação inicial de professores como espaço estratégico para a transformação das práticas escolares. Ao discutir a inserção de conteúdos e metodologias voltadas à valorização da cultura quilombola, o trabalho articula-se a uma pauta mais ampla de democratização do acesso ao conhecimento e de ruptura com modelos formativos que invisibilizam histórias e saberes de grupos subalternizados.

A partir de Santos e Zanardi (2020), a dimensão política ganha contornos mais explícitos, vinculando a experiência escolar analisada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012). O estudo examina as tensões entre a normatividade institucional e a realidade concreta das práticas pedagógicas, evidenciando que a efetividade das diretrizes depende de condições estruturais e de um diálogo permanente entre escola, comunidade e órgãos gestores. Em Pacheco *et al.* (2022), a abordagem política articula-se ao debate sobre autonomia curricular e interseccionalidade, colocando em evidência como gênero, raça, classe e território se entrecruzam na construção das experiências escolares quilombolas. Aqui, a dimensão política extrapola o campo educacional estrito, conectando-se a lutas sociais mais amplas por reconhecimento e redistribuição de recursos.

De forma geral, a análise das dimensões políticas nas produções indica que os trabalhos operam simultaneamente em três frentes. Em primeiro lugar, como registros e análises críticas da realidade educacional quilombola, capazes de revelar contradições e lacunas nas políticas existentes. Em segundo, como instrumentos de intervenção simbólica, ao propor e legitimar práticas pedagógicas que confrontam o currículo oficial e a lógica escolar dominante. Por fim, como parte de um processo de disputa pelo sentido da educação, no qual diferentes atores — Estado, movimentos sociais, comunidades e pesquisadores — reivindicam o direito de definir os conteúdos, métodos e finalidades da escola. Essa atuação múltipla reforça que o estudo da educação quilombola, ao abordar a dimensão política, não apenas descreve fenômenos, mas se posiciona de forma ativa nos embates que definem o presente e o futuro dessa modalidade de ensino no Brasil.

Lacunas, Limitações e Contribuições das Produções

A leitura crítica das produções analisadas evidencia que cada estudo, ao mesmo tempo em que apresenta resultados e proposições, explicita também limites que restringem o alcance de suas conclusões. Essas lacunas, longe de serem apenas insuficiências metodológicas ou operacionais, revelam tensões estruturais que atravessam a educação quilombola e que impactam diretamente as possibilidades de pesquisa nesse campo. Em Santos (2014), a limitação mais significativa reside na ausência de materiais didáticos amplamente disseminados que reflitam a realidade das comunidades quilombolas, o que condiciona tanto a prática pedagógica quanto a própria análise investigativa. O estudo reconhece que, ainda que as experiências documentadas sejam ricas em potencial formativo, a inexistência de políticas sistemáticas de produção e distribuição de recursos educacionais específicos compromete a sustentabilidade das práticas.

Em Rosa e Ferreira (2017), o recorte metodológico restrito à formação inicial de professores em um conjunto delimitado de comunidades é reconhecido como limitação, na medida em que impede uma compreensão mais ampla sobre como tais práticas formativas se desdobram em contextos escolares diversos. Os autores indicam que a escassez de registros sistematizados sobre práticas culturais nas escolas dificulta a replicação e adaptação das metodologias em outros territórios. No trabalho de Santos e Zanardi (2020), a lacuna central diz respeito à tensão entre a normatividade das Diretrizes Curriculares Nacionais e a realidade cotidiana da escola investigada, apontando que as condições estruturais, a formação continuada dos docentes e o apoio institucional são insuficientes para assegurar a plena implementação das diretrizes. Essa constatação evidencia que políticas públicas formalmente avançadas podem ter impacto limitado se não acompanhadas de investimentos e mecanismos de acompanhamento permanentes.

No estudo de Pacheco *et al.* (2022), a limitação refere-se à dificuldade de generalizar os achados para outros contextos, dado o grau de especificidade da comunidade investigada e as condições únicas do território amazônico. Ainda assim, o trabalho assume que essa particularidade é também uma virtude, na medida em que permite aprofundar a compreensão sobre como fatores ambientais, econômicos e culturais modulam a experiência escolar quilombola. Por fim, Serafim e Fantinato (2024) identificam como limitação a impossibilidade de acompanhar longitudinalmente os efeitos das mudanças implementadas durante e após a pandemia, reconhecendo que a transitoriedade das medidas emergenciais dificulta avaliar seu

impacto duradouro sobre as práticas escolares.

Se, por um lado, as lacunas explicitadas pelos estudos delineiam fronteiras e alertam para a necessidade de investigações futuras, por outro, as contribuições apresentadas revelam o potencial transformador dessas pesquisas. Em Santos (2014), a principal contribuição é a sistematização de experiências pedagógicas que integram elementos da cultura quilombola ao ensino formal, oferecendo subsídios concretos para a elaboração de currículos culturalmente referenciados. Rosa e Ferreira (2017) acrescentam ao debate uma proposta formativa que vincula o processo de preparação docente à valorização de práticas artesanais e saberes locais, desafiando concepções hegemônicas de currículo e metodologia.

Santos e Zanardi (2020) contribuem ao demonstrar que a efetividade das diretrizes nacionais depende de sua apropriação pela comunidade escolar, propondo estratégias para aproximar a normativa oficial das demandas e práticas locais. Pacheco *et al.* (2022) oferecem ao campo uma análise interseccional que articula gênero, raça, território e currículo, ampliando o escopo das discussões sobre autonomia pedagógica nas escolas quilombolas. Serafim e Fantinato (2024) trazem como contribuição a reflexão sobre a adaptação das práticas pedagógicas em contextos de crise sanitária, apontando caminhos para a incorporação de modalidades híbridas e para o fortalecimento de redes de apoio comunitário à escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como tema central a vivência da população negra nas escolas do campo, com foco nas abordagens críticas identificadas na literatura científica brasileira entre 2010 e 2025. O objetivo geral foi mapear tais abordagens, enquanto os objetivos específicos buscaram identificar os principais referenciais teóricos utilizados, descrever os enfoques metodológicos predominantes e analisar as contribuições políticas propostas pelos estudos selecionados.

A análise revelou que a produção acadêmica no período investigado se caracteriza por uma ênfase em perspectivas interseccionais, articulando raça, território e classe como dimensões indissociáveis para compreender a educação no campo. Identificou-se predominância de metodologias qualitativas, com destaque para estudos de caso, pesquisas etnográficas e análises documentais, sempre situadas em contextos comunitários específicos, como escolas quilombolas e assentamentos rurais. A dimensão política emergiu como elemento estruturante das

investigações, evidenciando que a educação quilombola é compreendida não apenas como prática escolar, mas como espaço de disputa simbólica, reivindicação de direitos e preservação cultural.

A hipótese de que a literatura recente incorporaria abordagens teóricas, metodológicas e políticas comprometidas com a valorização da população negra nas escolas do campo foi confirmada de forma parcial. Embora os resultados apontem para avanços conceituais e normativos, bem como para a presença de experiências pedagógicas inovadoras, persistem lacunas relacionadas à implementação efetiva de políticas públicas, à produção de materiais didáticos culturalmente referenciados e à ampliação de estudos que abranjam diferentes regiões do país.

Entre as limitações encontradas, destacam-se a concentração geográfica das pesquisas em determinados estados, a escassez de estudos longitudinais que acompanhem transformações ao longo do tempo e as dificuldades de acesso a produções que não se encontram indexadas em bases científicas nacionais. Essas restrições limitam a generalização dos resultados e indicam a necessidade de esforços metodológicos para ampliar o alcance e a diversidade dos estudos.

Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de investigações que contemplem regiões e comunidades ainda pouco representadas, o aprofundamento da análise de políticas educacionais específicas para escolas do campo com recorte racial, e o desenvolvimento de estudos comparativos que examinem experiências de diferentes territórios rurais. Além disso, seria relevante explorar de forma mais sistemática os impactos de práticas pedagógicas culturalmente referenciadas sobre o desempenho escolar e a permanência dos estudantes.

As contribuições deste trabalho residem na sistematização e análise crítica da produção acadêmica sobre o tema, oferecendo um panorama atualizado que pode subsidiar a formulação de políticas públicas, orientar a prática pedagógica e servir de referência para pesquisadores interessados na interface entre educação do campo e questões raciais. Ao evidenciar avanços, desafios e possibilidades, esta pesquisa reafirma a importância de fortalecer o compromisso acadêmico com práticas e políticas que promovam justiça social e equidade racial nos territórios rurais brasileiros.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. M.; MATEUS, K. A. de O. Concepções de educação do campo: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 7, p. e12925-e12925, 2022.

AZEVEDO, M. A. de; QUEIROZ, M. A. de; SOUZA, F. D. C. S. Escola nova, educação do campo e a política educacional: a experiência do Programa Escola Ativa. **Roteiro**, v. 47, n. 1, p. 1-26, 2022.

BARROS, A. Representações sociais das tecnologias digitais e suas relações com educação no campo: desafios e oportunidades. **ETS EDUCARE – Revista de Educação e Ensino**, v. 2, n. 2, p. 31-55, 2024.

BICALHO, R.; MACEDO, P. C. S.; RODRIGUES, G. G. Em defesa da educação do campo: enfrentando o desmonte das políticas públicas. **Periferia**, v. 13, n. 1, p. 39-59, 2021.

BORGES, Patrícia Spinassé; BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho. A Educação Ambiental Como Expressão Da Cultura No Contexto Da Educação Do Campo. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 33, n. 2, p. 404-420, 2024.

CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria *et al.* Casa Ganga Zumba e Rede SAPOQUI: Experiências de educação quilombola na Zona da Mata Mineira. **Revista de Ciências Humanas**, v. 2, n. 21, 2021.

CARRIJO, M. H. de S. Educação matemática inclusiva com estudantes imigrantes: uma perspectiva interseccional. In: **Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática**, 1., 2024, [S.l.]. Anais [...]. [S.l.: s.n.], 2024. p. 1-12.

CONTE, I. I.; SOUZA, E. D. Educação do campo no Brasil: da lona preta à academia. **Educação UFSM**, v. 47, p. 1-23, 2022.

COSTA, M. C. de S.; MEDEIROS, L. B. Abordagem do ciclo de política: uma contribuição para análise da política de educação do campo no Brasil. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 28, n. 57, p. 1-22, 2024.

DA CRUZ, Queziane Martins; DOS SANTOS, Arlete Ramos. Educação Escolar Quilombola e os Quilombos: O protagonismo dos movimentos sociais quilombolas. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 27, n. 54, p. 7-36, 2023.

DE CAMPOS, A. F. M. *et al.* Revisão sistemática de literatura em educação: características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 27, n. 54, p. 139-169, 2023.

DE MELO SANTANA, Moisés; DE MELO ARANTES, Rigoberto Fúlvio. Prácticas en la praxis: avances y límites promovidos por el Programa Escola da Terra en escuelas del campo de Igarassu/PE.

DE OLIVEIRA LIMA, Anadia; BARROS, Maria Dara Souza; BRINGEL, Maricélia Félix Andrade. A Participação das Famílias Quilombolas no Contexto Escolar. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 18, n. 74, p. 137-151, 2024.

DE SANTANA, Rosevaldo. As Políticas Públicas Educacionais Voltadas À Sustentabilidade Na Comunidade Quilombola Patioba Em Japaratuba-Se. **Revista Ouricuri**, v. 4, n. 1, p. 102-130, 2014.

DE SOUSA ALMEIDA, Leandro; DE ALENCAR, Alisson Clauber Mendes. Práticas pedagógicas em tutoria no Programa Escola da Terra: Experiência na Educação Contextualizada para a convivência com o Semiárido. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 1, p. e3414147995-e3414147995, 2025.

DINIZ, Amanda Maria; MONTEIRO, Carlos Eduardo Ferreira. Reflexões sobre a importância da aprendizagem de Matemática para estudantes quilombolas. **Revista de Investigação e Divulgação em Educação Matemática**, v. 4, n. 1, 2020.

DOS SANTOS, Ana Fátima Cruz *et al.* Gibi Quilombos: por dentro dos muros das escolas brasileiras. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 2, n. 2, p. 149-156, 2014.

DOS SANTOS, Denília Andrade Teixeira; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. A alfabetização Matemática e as práticas de numeramento na Comunidade Quilombola de São Félix: a pedagogia crítica e o currículo em ação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 2350-2368, 2020.

DOS SANTOS, F. K. L.; DO NASCIMENTO, E. F. Educação transgressora no espaço escolar: considerações sobre corpo em uma perspectiva interseccional. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 2, p. 6-18, 2021.

DOS SANTOS, Sanadia Gama; DOS REIS, Mariléia Silva. Práticas de letramentos na educação do campo: o programa escola da terra em Alagoas. **Pontos de Interrogação–Revista de Crítica Cultural**, v. 7, n. 2, p. 57-74, 2017.

FRANCO, D. V.; JUNIOR, J. P. C.; GUERRA, J. M. N. Educação para as relações étnico-raciais e interseccionalidade: análise crítica da Resolução 2022/004/CEE/SC. **Criar Educação**, v. 14, n. 1, p. 210-228, 2025.

FREITAS, A. D. S.; GROSSI, G. L.; MELO, E. C. D. Educação inclusiva e relações étnico-raciais: uma análise interseccional afrocentrada. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 27, p. 1-14, 2022.

JUNIOR, Avelar Araujo Santos; DA SILVA, Joice Kelly de Lima; DE ALMEIDA NETO, Roberto Alexandre Lira. Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas E Desenvolvimento Territorial: A Educação Como Campo De Luta Pelos Direitos Dos Povos Indígenas Em Alagoas. **Revista Contexto Geográfico**, v. 9, n. 19, p. 109-122, 2024.

LOPES, J. C.; LIRA, G. F. C.; MAGRIN, N. P.; NOAL, D. da S.; SILVA, M. T. M. da. A docência na educação do campo no contexto da COVID-19. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 6, p. e12413-e12413, 2021.

MANARA, A. S. *et al.* Noções básicas sobre revisão sistemática de literatura em educação. **Revista da Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa – Congrega Urcamp**, v. 17, p. 59-67, 2021.

MARANI, V. H.; FRANÇA, Á. L. D. Corpo, diferença e educação física: experiências interseccionais a partir dos estudos culturais físicos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, p. e20240053, 2024.

MOLINA, M. C.; HAGE, S. A. M.; MARTINS, M. D. F. A.; PEREIRA, M. F. R. Licenciatura em educação do campo e a garantia do direito à educação: contribuições de pesquisas sobre a atuação de seus egressos. **Revista Inter-Ação**, v. 47, n. 2, p. 458-475, 2022.

MOREIRA, G. G. F.; PEREIRA, A. L. Possibilidades para uma educação linguística crítica corporificada e interseccional. **Revelli – Revista de Educação, Linguagem e Literatura**, v. 15, p. 1-20, 2023.

PACHECO, José Augusto *et al.* Diálogo crítico educacional no contexto da globalização: saberes da educação quilombola nas Ilhas de Abaetetuba, Amazônia. **Revista e-Curriculum**, v. 20, n. 1, p. 198-216, 2022.

PAULA, A. P. D.; BARBOSA, R. G. Contribuições de Paulo Freire na educação do campo: formação de professores/as e o ensino de ciências. **Práxis Educativa**, v. 16, p. 1-20, 2021.

PAULA, H. V. de C. O Observatório da Institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo como instrumento de acompanhamento dos cursos no Brasil. **Espaço em Revista**, v. 24, n. 2, p. 8-32, 2022.

RODRIGUES, Jáder de Castro Andrade; AVANZI, Maria Rita. Tecendo fios da memória biocultural feminina kalunga: uma pesquisa participante com licenciandas em Educação do Campo. **Revista Triângulo**, v. 17, n. 2, p. 228-247, 2024.

ROSA, Graziela Rinaldi; DA SILVA FERREIRA, Adriana. A confecção de bonecas negras na formação docente. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 1, p. 127-143, 2017.

SANTOS, G.; SANTOS, D. S. Epistemologias de reexistência: um diálogo teórico-metodológico entre interseccionalidade e quilombagem crítica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270028, 2022.

SANTOS, R. B. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**, v. 18, n. 51, p. 210-224, 2017.

SERAFIM, Olindina Cirilo Nascimento; FANTINATO, Maria Cecília. Educação escolar quilombola nas lembranças das brincadeiras de amarelinha. **Revista de Educação Popular**, 2024.

SILVA, W. J.; SILVA-CASTRO, M. M. Conhecimento quilombola e plantas medicinais: recursos didáticos para o ensino de ciências. *Rev ODEERE*. 2019; 4 (8): 364-79 [em linha].

SOARES, K. D. A. O.; CHAGAS, F. A. O. Docência numa abordagem interseccional: revisão de literatura no catálogo da Capes: revisión de literatura en el Catálogo de la Capes. **Itinerarius Reflectionis**, v. 20, n. 3, p. 9-9, 2024.